

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ(UEM)

**POLITICA PUBLICA DE REDUÇÃO DAS  
DESIGUALDADES SOCIAIS POR MEIO DA  
ATUAÇÃO DAS INCUBADORAS  
UNIVERSITÁRIAS DE EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

---

Área Temática: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

**CULTI, Maria Nezilda**  
**Doutora em Educação e Mestre em**  
**Teoria Econômica**  
**Universidade Estadual de Maringá (UEM)**  
**[nezilda@terra.com.br](mailto:nezilda@terra.com.br)**

**04/04/2014**

# **POLITICA PUBLICA DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS POR MEIO DA ATUAÇÃO DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

## **RESUMO**

O processo de concentração de riqueza no modo de produção capitalista tem invariavelmente como consequência, a exclusão social. Por isso, as políticas públicas de fomento a economia solidária no Brasil vem atuando exatamente sobre as debilidades dos excluídos. Nessa estratégia entram as instituições de apoio e fomento a economia solidária, entre elas, as Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários. O trabalho de incubação, é uma construção/reconstrução de conhecimento por meio de processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de EES. Esse processo valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, unindo “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, proporciona um processo educativo que contempla a construção e reconstrução de conhecimentos que vão modificando as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir. Portanto, as Incubadoras concretizam políticas públicas e ajudam na redução das desigualdades ao promover o apoio e fomento ao empreendedorismo coletivo. Indiretamente contribui para o fortalecimento do desenvolvimento local/regional sustentável.

*Palavras-chave:* Incubadoras universitárias, economia solidária, desenvolvimento sustentável

## **ABSTRACT**

The process of concentration of wealth in the capitalist mode of production invariably as a consequence, has social exclusion. Therefore, public policies that promote the solidarity economy in Brazil has been acting exactly on the weaknesses of the excluded. In this strategy enters institutions supporting and promoting the solidarity economy, among them the University Incubator of Enterprises Economic Solidarity. The work of incubation, is a construction / reconstruction of knowledge through practical educational process organization and systemic

monitoring groups of people interested in forming ESS . This process enhances the accumulated knowledge of people and the group with a view to social and economic inclusion , joining " popular knowledge " to "scientific knowledge " in an attempt to transform the everyday practice interrelating the activities of teaching , research and extension . Thus , it provides an educational process that includes the construction and reconstruction of knowledge ranging modifying circumstances , the men and women in their way of being and acting . Therefore, Incubators embody public policy and help reduce inequalities by promoting support and promote the collective entrepreneurship. Indirectly contributes to the strengthening of local / regional sustainable development .

Keywords : University incubators , solidarity economy , sustainable development

O sistema capitalista, do ponto de vista dialético, desenvolve-se por meio das suas próprias contradições, superando-as e renovando-as. O processo de concentração de riqueza tem invariavelmente como consequência, a exclusão social. Nesse sentido, o melhor caminho para promover a inclusão social e produtiva de pessoas numa determinada região ou local, é descobrindo e valorizando a cultura, a tradição, a história e os aspectos físicos e naturais.

Na visão econômica ortodoxa, o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, sendo representado basicamente pela evolução do PIB per capita, já que existe uma correlação entre este e outros indicadores de qualidade de vida. Acreditou-se que o crescimento econômico generalizado traria mudanças que beneficiariam não só os mais ricos, como também os mais pobres, oferecendo-lhes acesso a bens materiais e imateriais. Entretanto, esta perspectiva não se confirmou nas décadas de 1950 e 1970, quando, apesar do aumento da produtividade macroeconômica, as faixas de população mais empobrecidas não foram beneficiadas.

Nesse momento, as teorias de desenvolvimento regional ressaltaram o papel do planejamento e o investimento estatal para o desenvolvimento, bem como “a importância dos encadeamentos entre as atividades econômicas e da demanda local no processo de desenvolvimento, ao adensar o mercado local e ao evitar os vazamentos de renda para regiões mais desenvolvidas, entre outras contribuições” (RAMIRO, 2010; p. 37).

Estas, porém, foram alvos de críticas, tanto dos economistas ortodoxos quanto dos heterodoxos. Para os primeiros, o planejamento estatal não era neutro e, portanto, tanto quanto o mercado, provocava distorções; eles apontavam também a insuficiente vinculação das políticas com as capacidades locais e a crença excessiva nos mecanismos econômicos para combater desigualdades regionais. Para os teóricos marxistas, as “teorias do desenvolvimento tratam

apenas de uma alocação menos desigual dos recursos na economia, mas não tratam das causas do desenvolvimento desigual relacionadas à lógica do sistema capitalista, produtora de desigualdades”. (RAMIRO, 2010; p. 37).

O processo de concentração de riqueza e exclusão social teve continuidade e, em meados dos anos 70, surgiram novas teorias, conhecidas como de desenvolvimento local ou territorial endógeno, as quais criticavam as anteriores por não levarem em consideração, segundo Parreiras, citado por Ramiro, “as reais necessidades das pessoas que deveriam constituir a sua razão e por não incorporarem essas mesmas pessoas no processo de formulação e execução das políticas públicas” (2010; p. 38). Nesta abordagem, o foco passou a ser a localidade. Entendia-se que os elementos fortes para promover o desenvolvimento estavam nas próprias comunidades. Nesse sentido, o melhor caminho para promover o desenvolvimento de uma região seria descobrir e valorizar sua cultura, tradição, sua história e os aspectos físicos e naturais. Ou seja, a idéia era de que não há modelos únicos de desenvolvimento.

Entretanto, de um lado, não se pode esquecer, como afirma Soto (2010, p. 388), de que “o movimento global do capital está de forma permanente influenciando e modificando as relações sociais, as formas econômicas e os valores culturais das regiões”. De outro lado, também é verdadeiro que há reação por parte das comunidades: algumas conseguem encontrar caminhos que as beneficiem; outras reagem passivamente, não conseguindo um modelo próprio de desenvolvimento. O que se observa é que, nas regiões onde os cidadãos são mais participativos e fomentadores da articulação social, os resultados são mais positivos, provocando e promovendo o desenvolvimento local. A cooperação potencializa a busca de objetivos comuns em prol do desempenho da comunidade. O ambiente social e cultural, portanto, é fundamental para o desenvolvimento local-regional.

Nesse sentido, o conceito de capital social recupera a preocupação com o bem-estar social de parte significativa da população. Sem discorrer sobre a evolução deste conceito no tempo, vale registrar a explicação de Robert Putnam (2000) para as desigualdades regionais da Itália. Ele destaca o papel da sociedade civil e das tradições sociais, culturais e políticas no desenvolvimento econômico regional e enfatiza também a intensidade da cultura cívica e da cooperação. Para ele, a explicação para as diferenças regionais está no capital social.

A mobilização dos recursos locais para fomentar o desenvolvimento não desconsidera a importância de acesso ao mercado e da inserção em cadeias produtivas maiores. Para isso, são importantes as organizações em redes, fóruns e conselhos comunitários. O Estado, nestas abordagens, também tem um papel fundamental, especialmente no aspecto do planejamento das políticas e da interação entre elas.

Apesar das potencialidades intrínsecas das comunidades, a estratégia de desenvolvimento local também tem suas fragilidades. Entre elas, Parreiras (2007, p.206) menciona “a debilidade da base associativa do ator protagonista, sua baixa capacidade de gestão, as dificuldades de acesso ao crédito para capital de giro e a canais de comercialização efetivos, além de deficiências de infraestrutura”. Por isso, o fomento à economia solidária no Brasil incide exatamente sobre a debilidade da base associativa e da baixa capacidade de gestão. Esse é o campo de atuação das instituições de apoio e fomento à economia solidária, entre elas, as incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários.

## POLÍTICA PÚBLICA E UNIVERSIDADE

Um dos principais desafios das universidades é a promoção da interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de uma perspectiva multidisciplinar. Nesse sentido, os Programas e Projetos universitários, assim como as incubadoras de apoio à economia solidária, constituem-se em espaços para a formação de profissionais aptos a atuar no campo da economia solidária, em apoio à aqueles que não tiveram oportunidade de chegar a universidade para se capacitarem. Em especial, as incubadoras viabilizam a promoção e difusão de conhecimentos teóricos-metodológicos capazes de promover uma nova relação no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que estes processos se concretizam no universo cultural das comunidades apoiadas. Entretanto, as incubadoras universitárias para operarem precisam de apoio da política pública.

No Brasil, no âmbito da ação governamental, por meio do Decreto numero 7.357, de 17 de novembro de 2010, foi institucionalizado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (PRONINC). O decreto regulamenta o Programa e seu Comitê Gestor – funcionamento e composição – e os principais conceitos, definições e objetivos. O objetivo do Programa é apoiar e fomentar as organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES). Desde a sua criação avançou em todo território nacional fornecendo apoio financeiro para a manutenção e implantação de incubadoras de economia solidária que atuam com a finalidade de geração de trabalho e renda, por meio da incubação dos empreendimentos econômicos associativos. Ele proporcionou avanços significativos na ação das incubadoras, embora ainda exista muito a ser feito.

O PRONINC tem se potencializado na medida em que proporciona suporte a inserção das incubadoras nas universidades, promovendo a formação continuada nestas instituições, bem como, por meio da articulação de políticas públicas e das estratégias de sustentabilidade

econômica-financeira. Ele proporciona a integração das ações de ensino-pesquisa-extensão a partir de um enfoque multidisciplinar e metodologicamente adequado às características dos empreendimentos econômicos solidários e ao mesmo tempo, se fortalece nessa articulação.

Com o apoio do PRONINC, as incubadoras têm se constituído em um importante processo político-pedagógico de consolidação de empreendimentos econômicos solidários por meio da promoção de práticas sociais emancipatórias, contribuindo para um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Crescimento com solidariedade e justiça torna necessária a promoção de oportunidades capazes de viabilizar uma efetiva inclusão social.

## INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE EES

Na economia solidária, cujo princípio é a idéia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista, os empreendimentos apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, na posse dos meios de produção, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático. No atendimento a essa economia, as incubadoras desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e nas estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento e consumo. São importantes também outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável.

Alem de incorporar programas internos existentes nas universidades, as incubadoras universitárias agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento para desenvolver pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária e atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) com objetivo de atender trabalhadores que tencionem organizar seus próprios negócios, sejam cooperativas e associações sejam empresas autogestionárias, urbanas ou rurais.

Em sua parte pratica, as incubadoras ajudam a organizar, orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais, de forma a qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e/ou melhorar seus empreendimentos econômicos solidários. Por meio de processo educativo, orientado pela participação e pelo diálogo, instrui na organização do trabalho, na autogestão, nos aspectos de ordem jurídica, contábil, financeira, nas relações interpessoais e em outros aportes necessários. Seu principal objetivo é promover a geração e a consolidação dos empreendimentos de autogestão. A parceria

com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas tem se mostrado muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação.

Nesse sentido, o trabalho de incubação é uma construção/reconstrução de conhecimento por meio do processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico e social a esses empreendimentos. Nesse processo, as Incubadoras:

- valorizam o saber acumulado das pessoas e do grupo de forma a promover a inclusão social e econômica;
- acrescentam conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa;
- orientam para o mercado e para a inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais, etc.
- unem “saber popular” a “saber científico”, em uma tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- promovem um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres em sua maneira de ser e agir;
- promovem, em vários aspectos, um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em suas atividades.

A estratégia pedagógica característica do processo educativo na incubação é a que parte do percebido para o não percebido, do imediato para o mediato. Em si mesma essa prática pedagógica transforma os conteúdos e altera a conduta.

Além disso, por envolver trabalhadores, especialmente os excluídos do mercado formal de trabalho ou desempregados e em vias de desemprego, o processo educativo inerente à prática de incubação corresponde à existência de uma determinada classe social, historicamente explorada, subalterna e marginalizada no processo produtivo e social. Em virtude disso, é orientado também por um conteúdo político, ou seja, a prática de incubação é também uma prática política.

Portanto, a atuação das incubadoras no fomento à economia solidária contribui indiretamente para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional. Na interação com os protagonistas desta economia, o processo implica o respeito ao saber popular, às tradições e à

cultura local, bem como o apoio para a inserção dos produtos no circuito da comercialização local, regional e do mercado mais ampliado. Ou seja, apesar de conter informações e técnicas exógenas, trata dos recursos locais, naturais e humanos, evitando soluções exteriores e padronizadas. Além disso, desperta e estimula a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os produtores e seus parceiros.

No Brasil, o mapeamento da economia solidária em 2007, além dos 21.859 empreendimentos e mais de 1 milhão, 687 mil homens e mulheres, identificou um total significativo de instituições de apoio à economia solidária em todo o país. Estas instituições ampliam a dinâmica social, pois aumentam o capital social e produtivo e, criando novos arranjos institucionais, articulam parcerias com agências de desenvolvimento regional (os IDR); instituições de crédito; centros nacionais e internacionais de desenvolvimento tecnológicos; empresa de assistência técnica rural (Emater); instituições governamentais; instituições não-governamentais; empresas que desenvolvem uma política de responsabilidade social; órgãos especializados junto às secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e agricultura; conselhos para a gestão integrada das políticas; fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e sobre a economia solidária.

Com relação à comercialização, foi identificado que os produtos e serviços são destinados predominantemente aos espaços locais. Segundo as indicações, aproximadamente 68,0% dos EES vendem no comércio local comunitário e municipal, perto de 26,0%, em mercados/comércios micro-regional e estadual, 4,0% têm como destino de seus produtos o território nacional e menos de 1% realizam transações com outros países (CULTI; 2010). Os recursos financeiros oriundos deste comércio circulam, em grande medida, na própria região e na própria localidade, seja na forma de consumo familiar, seja na de pagamento de despesas operacionais seja ainda na de compra de insumos para continuar a produção dos bens e serviços. Desses dados depreende-se, portanto, que esses empreendimentos são importantes para o desenvolvimento local sustentável.

Quanto ao aspecto sócio-político que permite identificar o nível de participação social nos empreendimentos, o resultado foi de que aproximadamente metade (45,7%) dos empreendimentos participa de redes ou fóruns de articulação. Mais da metade deles (57,7%) participa de algum movimento social/popular; os 5 (cinco) movimentos mais representativos são os comunitários, sindical urbano e rural, os de luta pela terra e agricultura familiar, o ambientalista e o de luta por moradia. Os que desenvolvem alguma ação social representaram também mais da metade deles (56,8%) (CULTI; 2010). Entendemos que este é também um dado demonstrativo de que a formação do capital social contribui para o desenvolvimento local.



A contribuição das incubadoras nesse processo pode ser observada por meio dos resultados alcançados. Trataremos neste texto de um caso de empreendimento associativo incubado.

## EMPREENDIMENTO ASSOCIATIVO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ

Entre os vários empreendimentos atendidos no Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, podemos citar o caso da Cooperativa dos Agricultores das Comunidades 300 Alqueires, Vila Rural, Água dos Martas, 1.000 Alqueires e Alvorada (COOPERATIVAMA), como um bom exemplo de empreendimento de economia solidária provocando melhoria na renda dos produtores, sendo também um embrião de desenvolvimento local.

No início do ano de 2006, onze (11) produtores rurais familiares do distrito de Poema, Município de Nova Tebas, na região central do Estado do Paraná, iniciaram o plantio do maracujá orgânico, como uma tentativa para mudar a situação adversa em que os mesmos viviam. Procuravam uma nova alternativa econômica que propiciasse a manutenção de sua subsistência e reprodução social e cultural, levando em conta a questão da sustentabilidade ambiental.

Contudo, diversos problemas surgiram, podendo ser resumidos em três principais: i) necessidade de maior organização dos produtores; ii) dificuldades na comercialização; e iii) problemas técnicos produtivos. Diante deste quadro, este grupo de produtores procurou a universidade e chegou a Incubadora para pedir auxílio nestas questões. Como os objetivos da diversificação da agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos já era frente de atuação da equipe, iniciou-se então o processo de incubação, envolvendo também parceria com a Emater e a Prefeitura local.

A partir de então diversas ações foram realizadas até a criação e consolidação da COOPERATIVAMA, dentre as principais, podemos citar:

- Formação básica para o associativismo, cooperativismo e economia solidária, mostrando aos produtores a força das ações coletivas e coordenadas para o desenvolvimento econômico dos mesmos;
- Análise da cadeia produtiva, da estrutura de mercado e da viabilidade do cultivo do maracujá orgânico;

- Participação direta na elaboração do Estatuto e do Regimento Interno da cooperativa orientando os produtores na compreensão dos direitos e os deveres de cada um dos sócios trabalhadores, bem como na constituição da cooperativa perante os órgãos competentes.
- Auxílio à comercialização, principalmente na formatação do projeto e organização da documentação necessária para venda a programas governamentais, como o PAA- Programa de aquisição de alimentos;
- Qualificação dos trabalhadores para exercerem a autogestão, especialmente nos aspectos técnicos e administrativos da cooperativa;
- Orientação técnica para a produção do maracujá orgânico, por existirem muitas particularidades, medidas preventivas e tratos especiais. Este trabalho foi fortalecido por meio da elaboração com a participação dos produtores de cartilhas específicas, dias de campo e visitas pontuais nas propriedades, além das reuniões sistemáticas;
- Auxílio na questão da certificação dos produtos orgânicos – tanto para a produção como na entrada de processo perante agencias de certificação que atesta a garantia e a origem (procedência), bem como a qualidade orgânica dos produtos;
- Participação dos produtores em eventos para obtenção de novos conhecimentos e intercâmbios diversos (econômicos, sociais, políticos, culturais) com outros empreendimentos econômicos solidários;
- Fornecimento de uma pequena estrutura básica para a cooperativa, como equipamentos de escritório (computador, impressora, mesas e fax).

Estas ações alcançaram resultados expressivos. A atuação da equipe da Incubadora potencializou a iniciativa dos trabalhadores e a atividade produtiva orgânica. Aos poucos foram somando novas famílias às onze iniciais, dando maior consistência e visibilidade a cooperativa.

Em meados de agosto de 2007, o grupo já contava com quarenta e três produtores, dos quais, onze já haviam conseguido certificados de orgânico e trinta e dois estavam em processo de certificação. O “selo verde ou selo orgânico” foi um passo relevante para os produtores uma vez que propiciou um produto diferenciado e com isso preços de mercado mais elevado. A região, por meio da cooperativa, atraiu interesse de empresas processadoras de Itapeva (SP), Itajaí (SC) e Marilena (PR).

Durante o ano de 2008, os produtores já estavam amadurecidos e fortalecidos o suficiente para formalizar a cooperativa. Os produtores receberam então o apoio técnico na organização do seu empreendimento econômico solidário, consolidando-se com a criação da

COOPERATIVAMA em 19 de Setembro de 2008, contando com setenta e sete membros cooperados. A constituição da cooperativa propiciou aos produtores a participação em projetos, tanto a nível Estadual como Federal.

Do triênio consolidado em 2009, o último foi o ano mais expressivo. A cooperativa acertou a venda de 75 mil quilos de maracujá orgânico para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que no total rendeu aos cooperados cerca de R\$ 150 mil Reais. Os frutos foram entregues nos Ceasa dos municípios de Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel e Francisco Beltrão, sendo distribuídos para entidades beneficentes através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de Doação Simultânea, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na safra de 2009 foram produzidos 122 mil quilos da fruta na forma orgânica, gerando cerca de 220 mil Reais aos produtores. O equivalente em média a 2.800 reais por produtor. Com estes resultados positivos os produtores estão ampliando a produção do maracujá orgânico e iniciando a produção de outras frutíferas, como acerola, abacaxi, morango e banana.

No ano corrente, como uma nova etapa do empreendimento, os produtores pensaram em implantar uma agroindústria para a produção e comercialização de polpa congelada de maracujá orgânico, objetivando agregar valor ao seu produto e também garantir o desenvolvimento sustentado das comunidades rurais e o protagonismo dos agricultores familiares. Isto beneficiaria todos os produtores de maracujá das comunidades do entorno, incluindo produtores de outros municípios como é o caso de Arapuã, Iretama, Pitanga, Manoel Ribas, Mato Rico e Roncador que já contam com agricultores que estão com suas lavouras plantadas e demonstraram interesses em fazer parte da cooperativa.

Em busca da materialização deste sonho, a equipe da Incubadora elaborou em parceria com a Emater, projeto de instalação de uma unidade industrial para a produção de polpas congeladas, que concorreu e foi vencedor em um processo seletivo de projetos do Programa dos territórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Neste ano de 2011, teve início a construção do espaço físico da cooperativa e da unidade industrial. Já está definido pelos produtores que será nesse local que funcionará também a regional de comercialização, tão logo se conclua a construção e a instalação das máquinas que compõem a linha de produção industrial de polpas de frutas orgânicas congeladas.

**DIFICULDADES DO PROCESSO – “Nem tudo são flores, há também espinhos”**

Há diversidade de situações e soluções que envolvem o processo de incubação junto aos trabalhadores urbanos e rurais que demandam o atendimento da Incubadora. Neste caminho se encontram potencialidades que são facilmente trabalhadas coletivamente e outras nem tanto, mas também muitas dificuldades no processo da atividade prática que envolve os trabalhadores, os parceiros, a universidade e a Incubadora por meio da extensão.

Desse modo, com base nas observações a partir da prática vivida com os grupos atendidos na Incubadora da UEM, falando apenas do meio rural, encontramos algumas especificidades. Com os produtores rurais da agricultura familiar ou dos assentamentos da reforma agrária, o trabalho precisa ser iniciado muito mais pelo caminho da confiança para se chegar aos objetivos pretendidos. Nesse sentido, no caso rural, primeiro é preciso diagnosticar a cultura de relações humanas, sociais, produtivas e comerciais na localidade, em vista de que, nas comunidades, sempre há famílias de produtores que lideram, ou seja, é preciso identificar as relações locais que foram construídas ao longo do tempo, com base na confiança e convivência local ou comunitária.

A identificação das lideranças locais é importante porque são elas que tomam decisões com base em uma relação informal, mas de confiança plena dos produtores da comunidade, tanto que os demais se orientam por elas.

A porta de entrada para o agente externo (equipe da Universidade/Incubadora) na localidade rural ou comunidade dos produtores é facilitada se ela ocorrer pelas mãos de um produtor local para quebrar resistências e ganhar a confiança dos demais produtores. Depois da sua entrada e na continuidade, essa relação de confiança é mais fácil de ser construída com base em uma relação dialógica entre os produtores e o agente externo (equipe da Universidade/Incubadora) mediante a presença desse agente com certa regularidade na localidade/comunidade. A presença mais constante vai permitir mais tempo de observação do comportamento desse agente pelos produtores, possibilitando mais tempo de “prosa” entre eles, ao estilo do “cerca peão” como dizem os sertanejos. Nessas conversas a equipe de trabalho não pode deixar nada subtendido, todas as intenções precisam ficar bem claras. Dessa forma é possível a continuidade da inserção e desenvolvimento das atividades.

Também é recomendável, no início das ações, esclarecer a função do Estado e das Políticas Públicas que hoje têm por finalidade beneficiar os pequenos produtores, pois eles resistem a elas em vista de as mesmas, no passado, não priorizarem o pequeno produtor, ou seja, tudo isso é necessário para quebrar as desconfianças.

O produtor rural vive com pouca informação, comunicação e procura se proteger do agente externo que se aproxima com “boas” propostas. Quando se trabalha com assentamentos da reforma agrária é preciso considerar o grau de politização e a existência de pequenos grupos

de produtores e suas lideranças, bem como, a atuação das “brigadas” do MST no interior de cada assentamento, pois elas podem permitir e facilitar a aproximação. Quanto maior a divisão interna em grupos de produtores, mais frequentes são os conflitos quando necessitam tomar alguma decisão coletiva. De todo modo, é preciso muito diálogo para estabelecer vínculos de confiança indispensáveis.

Vencidas as dificuldades iniciais da falta de confiança, no decorrer do desenvolvimento das ações e dos trabalhos com os produtores, também é preciso amenizar as resistências para que a formalização dos empreendimentos coletivos, seja singular ou a organização das redes ou centrais de produção e comercialização, pois percebemos, ao se recomendar a organização coletiva, que os produtores receiam perder a posse daquilo que é um bem estável e da família, como a terra, bem como ficar sem liberdade, temendo o empoderamento de uma gestão coletiva formalizada.

Faz parte do trabalho de incubação, oferecer orientação para os produtores entenderem que é a união dos mesmos que permite acumular as condições mínimas para potencializar a produção, o volume de venda, melhorar a inserção no mercado e o mínimo necessário para obter financiamentos por meio de políticas públicas de crédito ou a fundos perdidos, via programas voltados ao apoio do pequeno agricultor familiar ou urbano.

Para os empreendimentos rurais são muito importantes, no aspecto da comercialização, as orientações para aproveitar as possibilidades de venda direta a Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) aos Centros regionais/locais de abastecimento e também às redes de supermercados e unidades agroindustriais da área de alimentos. Estimular, entre os produtores, o cultivo de orgânicos, por estes terem valor de venda mais elevado no mercado. Nessa mesma linha, orientar e oferecer formação técnica para processar produtos e obter certificação, visando agregar mais valor aos mesmos. Apesar das vantagens, este não é um trabalho fácil, pois implica mudar costumes e processos produtivos que demandam cuidados, novos aprendizados e muita dedicação. Esses encaminhamentos podem ser observados na atitude que tomaram os produtores de maracujá orgânico da COOPERATVAMA que, depois de terem organizado sua cooperativa, buscaram apoio para instalarem uma unidade de processamento da polpa de maracujá.

De forma geral, a organização de redes, mesmo que pequenas entre produtores de um mesmo produto ou de uma mesma região ou mesmo cadeias de processamento e comercialização, é importante para dar mais estabilidade econômica aos grupos informais ou empreendimentos formalizados em cooperativas ou associações.

O processo de incubação constrói caminhos inusitados de descobrimentos, nos quais as pessoas (equipe e trabalhadores) vão se conhecendo mutuamente. Alguns membros da equipe

entram em contato com a existência de uma realidade desconhecida para eles e, ao mesmo tempo, os trabalhadores tomam conhecimento que ainda podem ser cidadãos e que têm direitos constitucionais garantidos.

Desta feita há como afirmar, sem correr o risco de ser apenas uma ideia ou opinião prematura, que o processo de incubação é também um processo real de transformação, já que propicia mudanças na realidade de trabalho e vida das pessoas.

Nesse processo não podemos ignorar a importância e o papel das políticas públicas. Elas são necessárias, pois precisam viabilizar recursos materiais necessários aos empreendimentos, em muitas circunstâncias. Os meios materiais, na maioria das vezes, são necessários porque são pessoas que só dispõem de sua força de trabalho e não têm a posse de bens ou capital financeiro para melhorar suas condições de trabalho e renda.

Avaliamos que as políticas públicas, bem como a universidade, por meio da Incubadora, oferecem instrumentos e apoio aos grupos de trabalhadores que pretendem e conseguem organizar seus empreendimentos. Apesar disso, o êxito depende essencialmente dos(as) próprios(as) trabalhadores(as), que precisam de muita determinação para não desistirem quando as dificuldades ou barreiras naturais aparecem no transcorrer do processo. Nem todos os grupos que procuram a Incubadora acabam se transformando em uma cooperativa ou associação formalizadas legalmente. Alguns se desfazem, sucumbem no decorrer do processo e outros fazem a escolha de permanecerem como estavam, trabalhando de forma coletiva, mas continuando como grupos informais. Os motivos são muito variados e diferem de grupo a grupo, conforme suas condições, expectativas e desejos.

Para os empreendimentos que persistem, os parâmetros para analisar o seu desenvolvimento econômico podem ser observados por indicadores sociais e quantitativos. Os indicadores não podem ser vistos de forma absoluta por serem sempre instrumentos limitados por refletir aspectos parciais da realidade. Os quantitativos não conseguem medir a teia da vida, em que é importante observar o que não é valorizado. De todo modo, mesmo sendo uma indicação parcial, os indicadores são importantes para avaliar a viabilidade econômica dos empreendimentos.

No aspecto institucional, há muitos entraves e dificuldades também para a Universidade por esta não ter ainda uma estrutura mais apropriada para apoiar e atender às necessidades dos trabalhos de extensão por meio das Incubadoras, por ser peculiar no que se refere principalmente ao tempo dos atendidos e o seu, que é mais demorado em vista do peso da burocracia institucional pública, bem como também da falta de um corpo de servidores técnicos permanente mais ampliado, para além dos professores e alunos.

Ainda assim, avaliamos que vale a pena, pois os caminhos e as escolhas são amplos e dependem, em última instância, das peculiaridades de cada grupo e cada um vai determinando, ao seu tempo, a sua caminhada, de forma criativa, podendo, de fato, provocar transformações na vida dos trabalhadores envolvidos.

Para concluir, podemos afirmar que o livre mercado tem limitações para promover a redução das desigualdades regionais e sociais. Assim, para proporcionar um processo de desenvolvimento local com êxito se faz necessária a valorização da identidade cultural e do patrimônio natural como recursos locais humanos e materiais que, utilizando-se de estruturas organizacionais com gestão dos interesses coletivos locais, evitam soluções exógenas. Frisamos também o importante papel das instituições parceiras e de fomento, bem como do Estado, que, aliados ao protagonismo coletivo, atuam como indutores do desenvolvimento local.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CULTI, Maria Nezilda; *et all.* **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários.** São Paulo: Todos os Bichos, 2010

PARREIRAS, L.E. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: IPEA, ANPEC, Fundação Banco do Brasil, 2007

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 2000

RAMIRO, Rodrigo. **Economia solidária e turismo – uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região Nordeste do Brasil.** Brasília, DF: Editora IABS, 2009.

SOTO, Wiliam H. Gómez. **A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial.** In: BECKER, Dinizar F e WITTMANN, Milton Luiz (Org.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008

